

# **As Relações Europa-África: o Caso de Angola**

***Seminário realizado na Universidade de Évora  
20 de Abril de 2005***

## **Relatório**

Rita Pais, IEEI

O Seminário foi realizado no âmbito do Programa Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais - European Centre for Development Policy Management, financiado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, e em colaboração com o ACTAE - Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais da Universidade de Évora.

Na **Sessão de Abertura**, em que intervieram **Manuel Ferreira Patrício** (Reitor da Universidade de Évora), **Maria Luís Figueiredo** (Vogal do Conselho Directivo do IPAD), e **Eduardo Beny** (Primeiro secretário da Embaixada de Angola em Lisboa), foram abordadas as questões da Língua Portuguesa e das relações históricas entre Angola e Portugal como canais de promoção da concertação de estratégias económicas e políticas entre os dois países.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi referida como espaço privilegiado para o estabelecimento dessas alianças estratégicas, num quadro de renovação das relações Portugal-Angola, em que a cooperação multilateral (envolvendo novos actores estratégicos) deverá assumir um papel mais relevante, em substituição da cooperação bilateral (EDUARDO BENY).

O **primeiro painel**, subordinado ao tema "O Desenvolvimento em Angola e as Relações com Portugal" foi moderado por Manuel Branco (Departamento de Economia da Universidade de Évora), e contou com a intervenção de **Manuel Ennes Ferreira**, Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão, e de **Gonçalo Marques**, responsável pelos projectos de Angola no Instituto Marquês de Valle-Flor.

**Manuel Ennes Ferreira** traçou o quadro macro-económico de Angola e teceu algumas considerações gerais sobre a situação de paz que o país vive enquanto possibilidade de crescimento económico.

Até 2002, além dos efeitos directos que a guerra civil teve sobre as populações, o conflito impôs sobre o governo angolano grandes limitações que explicam, em parte, o seu mau desempenho económico (expresso em indicadores como os elevados défices orçamental e externo e as altas taxas de inflação e desemprego).

Neste contexto, a sobrevivência da economia angolana fez-se com base na exploração do petróleo, sector com grande retorno de capital e "abrigado" da guerra.

O actual quadro de paz permite criar oportunidades de crescimento económico e desenvolvimento fora do sector petrolífero, apesar de existir fraco investimento noutros sectores de actividade - muito porque o sector financeiro está desligado do resto da economia.

Assim, a aposta estratégica do governo, no sentido de fortalecer outros sectores da economia, deve passar por dois vectores fundamentais:

1. Desenvolvimento do sector educativo: implica reformas de longo e médio prazo, que não se coadunam com a "pressão de curto prazo" dos ciclos eleitorais a que um governo está sujeito.
2. Recomposição das Infra-estruturas, através do sector público ou privado, retomando aquilo que eram, à data da independência, pólos industriais.

A destruição provocada pelo conflito é, paradoxalmente, uma oportunidade de modernização - e não apenas recuperação - de infraestruturas, à semelhança do que aconteceu na Alemanha do pós-guerra.

Para que se concretize esta oportunidade, é necessário existir, por um lado, um Plano de Desenvolvimento realista e, por outro lado, investimento externo. A situação de paz cria um ambiente favorável à atracção de investimento, mas é necessário que Angola convença a comunidade internacional e a classe empresarial estrangeira de que é um país seguro e merecedor. A construção dessa imagem implica necessariamente ultrapassar o problema de transparência política e do risco político.

Angola joga ainda com outro trunfo: o preço elevado do petróleo tem permitido ao país resistir a um acordo com o FMI, facto que poderia ser utilizado para uma maior afirmação política no contexto regional e internacional.

**Gonçalo Marques** apresentou a perspectiva da sociedade civil no combate à pobreza em Angola.

Apesar do quadro de paz e da oportunidade de desenvolvimento que dele advém, Angola continua a viver uma situação de crise humanitária, sendo que apresenta mesmo valores mais baixos no concerne a alguns indicadores de saúde materna e infantil do que países como o Ruanda ou Timor-Leste. Para fazer face a esta situação, o governo traçou em 2003 uma Estratégia de Combate à Pobreza, que define prioridades sectoriais. Estas prioridades são:

- reinserção social (dos deslocados internos, refugiados e militares desmobilizados);
- segurança e protecção civil (prende-se essencialmente com a desminagem);
- segurança alimentar e Desenvolvimento rural (pretende-se quebrar a lógica assistencialista, garantindo a capacidade de produção de bens alimentares básicos, por parte das populações rurais);
- combate ao HIV-SIDA (embora a taxa de prevalência seja inferior à dos países vizinhos, o maior fluxo de circulação de pessoas aumenta o risco de transmissão do vírus);
- educação;
- saúde;
- emprego e formação profissional (neste âmbito, pretende-se que haja uma maior participação do sector privado, em que se incluem as ONGD).

O problema inerente a esta estratégia são os custos de implementação que ela acarreta e que não podem ser exclusivamente suportados pelo governo angolano.

Torna-se, portanto, necessário o apoio da comunidade internacional, o que por sua vez acarreta a exigência de maior transparência política e boa governação.

O Projecto de Desenvolvimento Rural Sustentado no Município da Ekunha, Província do Huambo, implementado pelo Instituto Marquês de Valle Flor e financiado pela Comunidade Europeia e pelo IPAD, apresenta-se como um exemplo de intervenção da comunidade internacional através de uma ONGD.

O projecto tem como objectivo global a melhoria das condições de vida da população daquele município, assentando numa estratégia de capacitação dos pequenos produtores agrícolas e reforço da produção/comercialização. Assim, foram identificados como objectivos a atingir o aumento e diversificação da produção agrícola, a criação/reforço de associações de base, melhoria dos sistemas de transformação, armazenamento e conservação dos produtos, revitalização dos circuitos comerciais e capacitação/reforço institucional das estruturas provinciais e municipais. Este projecto, com uma forte vertente de formação e capacitação dos produtores e das estruturas locais de apoio ao desenvolvimento rural, dá ainda especial atenção aos grupos mais vulneráveis como mulheres viúvas chefes de família, deslocados e militares desmobilizados<sup>1</sup>.

Durante o período de **debate** foram focadas outras questões importantes, das quais se destacam:

- a nova condicionalidade da ajuda, que instrumentaliza a questão dos Direitos Humanos e Democracia na criação de um ambiente mais favorável à implementação de uma economia de mercado.
- A necessidade de construir um "pensamento local" sobre as questões do desenvolvimento e da democracia, que liberte os países beneficiários da ajuda das "receitas" impostas pelas Organizações Internacionais. Foi referido o exemplo de Angola que, escapa ao acordo com o FMI e optou por negociações bilaterais com Portugal e Rússia.
- No âmbito do apoio da comunidade internacional à concretização da Estratégia de Combate à Pobreza, a importância do corte com a lógica assistencialista e a potenciação dos recursos locais; a revitalização dos mercados e circuitos comerciais regionais (no caso do projecto da Ekunha) e a recuperação de lógicas tradicionais de utilização dos recursos materiais, técnicos e humanos na produção agrícola.

No **segundo painel**, debateram-se as relações Europa-África nos seus desafios actuais e perspectivas futuras, com moderação de Francisco Soares - membro do ACTAE - e intervenções de Marc de Tollenaere, representante do ECDPM, e de Fernando Jorge Cardoso, responsável pelo programa África no IEEI.

---

<sup>1</sup> Para informação mais detalhada sobre o projecto, consultar apresentação em PowerPoint a partir do Programa do Seminário no website do IEEI ([www.ieei.pt](http://www.ieei.pt)) ou o website do IMVF (<http://www.im-valle-flor.pt>)

**Marc de Tollenaere** apresentou o contexto institucional que regula as relações Europa-África, referindo-se igualmente aos assuntos prioritários e desafios deste diálogo.

A acção externa da União Europeia divide-se em dois eixos principais: relações com os países ACP e relações externas com o resto do mundo. Inicialmente pretendia-se apenas organizar o sector do desenvolvimento com esta divisão, mas mais tarde os dois eixos foram entendidos como sendo independentes um do outro, tendo sido definidas políticas próprias para cada um deles.

No que se refere a África, as políticas implementadas são de dois tipos, regionais e sectoriais, às quais se juntam políticas específicas que alguns Estados-membros têm para com determinados países. Neste contexto, a coordenação e complementaridade das políticas nem sempre é fácil e eficaz.

O Acordo de Cotonou, assinado em 2000, é o principal documento que rege actualmente as relações Europa-África. Este acordo assenta em três pilares fundamentais: cooperação, comércio e diálogo político, exigindo aos países ACP o respeito pelos Direitos Humanos e pelos princípios da Democracia e Boa Governança.

A instituição congénere da União Europeia é a União Africana, constituída em 2000 em substituição da OUA. Consolidar os pilares institucionais, fazer convergir as comunidades regionais fortes e conseguir a integração continental são os objectivos traçados pela UA a curto, médio e longo prazo, respectivamente. Contudo, a UA terá de ultrapassar três desafios específicos, por forma a alcançar o objectivo final da integração.

- 1 - a sobreposição das inúmeras organizações regionais de que os países-membros fazem parte;
- 2 - a fragilidade das estruturas organizacionais da própria União Africana;
- 3 - a governação das instituições que constituem a UA e entre aquelas e outros níveis de governação, como a NEPAD ou os próprios Estados-membros. Disso é exemplo o conflito de interesses que existe neste momento pelo facto de a representante do ECOSOCC, a instituição que representa a sociedade civil, ser Wangari Maathai, membro do Governo Queniano.

Apesar dos problemas identificados, a União Africana parece ser a melhor oportunidade de diálogo criada no continente desde há muito tempo. Neste sentido, a cooperação UE-UA tem assentado sobretudo nas áreas da paz e segurança, reforço institucional da UA, integração regional, comércio e boa governação.

Alguns dos desafios que se colocam agora ao diálogo entre as duas instituições são: a racionalização das políticas por forma a evitar duplicação de esforços e conseguir uma maior coerência entre as políticas da UE relativamente a África; o estabelecimento dos métodos e objectivos que devem regular o diálogo entre as duas partes; a capacitação institucional da UA e a concertação estratégica entre os vários actores que intervêm no diálogo Europa-África (incluindo o sector privado e a sociedade civil)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para informação mais detalhada ver apresentação em PowerPoint, a partir do Programa do Seminário, no website do IEEI ([www.ieei.pt](http://www.ieei.pt))

**Fernando Jorge Cardoso** traçou um quadro da relação entre conflitos e economia em África nos últimos cinco anos, salientando projectos que surgem como novidades e aspectos que são retomados das teorias do desenvolvimento e princípios económicos das décadas de 60 e 70.

*Por um lado*, com a criação da União Africana e a NEPAD (projecto de algumas lideranças africanas), os países africanos chamam a si a responsabilidade da resolução dos conflitos violentos em África. A UA procura legitimação e maior capacidade organizativa para, mandatada pelas Nações Unidas, assumir um papel interventivo na mediação e resolução dos conflitos no continente. A NEPAD surge como uma reacção aos modelos exteriores de integração económica e crescimento que foram implementados ao longo de décadas e que falharam. Com efeito, com a implementação destes modelos as relações comerciais recíprocas entre países vizinhos diminuíram. A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano propõe uma nova forma de financiamento internacional baseado no investimento nos sectores da educação, saúde e construção de infra-estruturas básicas.

É também esta necessidade de atrair investimento estrangeiro que explica em parte o empenhamento da União Africana na resolução de conflitos, uma vez que é necessário transmitir uma ideia de segurança e estabilidade política. De facto, verificou-se nos últimos cinco anos uma diminuição do número de conflitos violentos que se acentuaram durante a década de 90, no momento de transição de regimes unipartidários para regimes de face democrática.

A grande mais-valia destes projectos - e que vai além dos objectivos dificilmente realizáveis de integração continental - é o facto de se apresentarem como novidades, como iniciativas africanas que procuram desligar-se dos modelos propostos pelas organizações internacionais.

*Por outro lado*, relativamente às novas prioridades do crescimento económico em África, são retomados os programas de investimento em infra-estruturas básicas de médio e longo prazo, essencialmente porque, na actual divisão internacional do Trabalho, o continente africano surge como novo produtor de matérias-primas.

O ressurgimento da procura de matérias-primas deve-se ao ritmo de industrialização acelerado de países como a Índia e China, que surgem agora como os novos grandes investidores em África. Os investimentos são, assim, efectuados essencialmente nos programas de construção de infra-estruturas básicas e na produção industrial de matérias-primas transformadas.